

A PESQUISA HISTÓRICA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE PARADIGMÁTICA E NOVAS PERSPECTIVAS

Yuna Fontoura¹, Lilian Alfaia², Alexandre Fernandes³

Artigo recebido 23/08/2012. Aprovado em 28/08/2013.

RESUMO

A Epistemologia Histórica de Bachelard (1977) contribuiu significativamente para a forma de se pensar a ciência e produzir conhecimento. A perspectiva histórica, por sua vez, é um método de pesquisa cuja base também se encontra na defesa de que a história é central para uma melhor compreensão e reflexão da humanidade por meio do entendimento de seus acontecimentos e estruturas (BURKE, 1992). Visto isto, buscamos neste ensaio um aprofundamento teórico de como a adoção de uma perspectiva histórica pode contribuir para pesquisas em Estudos Organizacionais no Brasil. Ao final da reflexão teórica, concluímos que, apesar de ainda não ser amplamente utilizada, a pesquisa histórica possui grande potencial neste campo no país.

Palavras-chave: Epistemologia Histórica de Bachelard. Pesquisa histórica. Método. Estudos Organizacionais.

Esta obra está licenciada sob uma Licença *Creative Commons Attribution 3.0*.

1 Mestre em Administração Pública pela EBAPE/FGV - Brasil.
yuna.fontoura@fgv.br

2 Mestre em Administração Pública pela EBAPE/FGV - Brasil. lialfaia@hotmail.com.

3 Mestre em Administração Pública pela EBAPE/FGV - Brasil. afferreira@unicarioca.edu.br.

THE HISTORICAL RESEARCH IN ORGANIZATIONAL STUDIES IN BRAZIL: A PARADIGMATIC ANALYSIS AND NEW PERSPECTIVES

ABSTRACT

The Historical Epistemology of Bachelard (1977) contributed significantly to the way of thinking about science and knowledge production. The historical perspective is a research method which is also based on the assertion that history is central to a better understanding and reflection of humanity through the understanding of its events and structures (BURKE, 1992). In this way, we seek in this paper to thoroughly analyze how the adoption of a historical perspective can contribute for future research in Organizational Studies in Brazil. In the end of the theoretical reflection, we conclude that, although still not widely used, historical research has great potential in this field in the country.

Keywords: Historical Epistemology. Bachelard. Historical Research. Method. Organizational Studies.

The content of GESTÃO.Org is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 license.

1. INTRODUÇÃO

Desde o seu estabelecimento como ciência, a história tem sido central para o entendimento dos acontecimentos e das estruturas sociais. No que tange a adoção de uma perspectiva histórica para diversas áreas do saber, ressalta-se a Epistemologia Histórica de Gaston Bachelard cuja obra contribuiu de forma significativa para a forma de se pensar a ciência e produzir conhecimento. De acordo com esta epistemologia, o processo de produção científica não é linear e previsível, como se o novo fosse resultado de diferentes fatos anteriores. Ao contrário, o pensamento científico é fruto de um estudo crítico do passado e consiste na não repetição de “erros” em seu processo de construção (ANDRADE ; SMOLKA, 2009).

Assim como defendido por Gaston Bachelard a perspectiva histórica defende a concepção de que, apenas por meio de uma perspectiva histórica é que a humanidade torna-se capaz de entender os acontecimentos e as estruturas (BACHELARD, 1977). Neste sentido, tanto historiadores quanto pesquisadores concordam que uma metodologia com base na história não deve estar sujeita a universalismos, uma vez que a causa dos eventos estão ligados aos contextos da época em que estes ocorreram o que inviabiliza a generalização e reprodução dos acontecimentos. Ou seja, cada evento é único e por isso possui características singulares (ANDRADE; SMOLKA, 2009). No entanto, para que se entenda melhor as estruturas e os acontecimentos contemporâneos é preciso recorrer à fontes no passado, pois, como destaca Smith (1991), todas as análises encontram-se no passado quando se inicia ou acaba uma pesquisa.

A pesquisa histórica foi até a década de 1920 dominada pelo Paradigma Tradicional da história. Segundo esta abordagem, a história foi predominantemente ensinada e pesquisada pelos chamados “grandes contextos da história” (povos, nações, civilizações e Estados Nacionais) e por meio de personagens reais, ilustres e importantes. Por isto, ela também foi definida como a história dos grandes feitos de grandes homens cuja visão de poder estava centralizada e institucionalizada. Entretanto, sua hegemonia será abalada a partir dos anos 1930 com a história Social e nos anos 1970 com a Nova História. A Nova História, como um novo paradigma da perspectiva histórica, buscava uma redefinição metodológica desse tipo de pesquisa, assim como em seus conceitos básicos, como: documento, fato histórico e tempo. Esta tinha como foco uma análise mais crítica e interpretativista da história (BURKE, 1992; MOTTA, 2000; VERGARA, 2006; PIERANTI, 2008; MARTINS, COSTA; BARROS, 2009).

Diante desta contexto e dada a relevância da história para a humanidade e suas repercussões em campos distintos da ciência (Ciências Sociais, Antropologia, Psicologia, Economia, Administração, entre outros) é que neste ensaio pretendemos analisar como a adoção de uma perspectiva histórica pode contribuir para pesquisas em Estudos Organizacionais, em especial, a Nova História.

Buscamos também relacionar o paradigma da epistemologia histórica de Gaston Bachelard com as diferentes abordagens de pesquisa histórica. Para isto começamos por analisar a epistemologia histórica de Bachelard, de forma a compreendermos de forma mais ampla e abrangente a importância de se adotar uma perspectiva histórica em estudos científicos. Após esta análise, efetuamos uma reflexão sobre o que vem a ser a pesquisa histórica e quais são suas principais correntes de estudo. Por fim, analisamos a viabilidade da utilização da perspectiva histórica em Estudos Organizacionais e quais são suas limitações e possibilidades para o contexto brasileiro.

2. A EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA DE G. BACHELARD

De forma a melhor contextualizar a importância da perspectiva histórica em administração, faz-se necessário um aprofundamento no que vem a ser a Epistemologia Histórica como um paradigma para a elaboração do conhecimento científico, com o objetivo de não deixar a discussão do ensaio apenas no método de pesquisa histórica, mas ampliar o debate em torno desta abordagem também como um paradigma.

Nascido em 1884, na cidade de Bar-sur-Aube em Champagne, Gaston Bachelard (químico, filósofo, historiador das ciências e epistemólogo) contribuiu com seu projeto epistemológico para dentro do contexto em que se constrói a ciência na atualidade, na medida em que proporcionou uma reflexão em torno das filosofias implícitas nas atuações próprias dos cientistas. Apesar das diferenças epistemológicas entre Bachelard e filósofos da ciência como Karl Popper e Thomas Kuhn, ambos buscam questionar a veracidade de uma das principais concepções da ciência moderna: a objetividade dos fenômenos e a neutralidade do sujeito no ato de conhecer. Neste sentido, Bachelard defendia um entendimento profundo no que se refere ao “fazer científico”, e para isto, era preciso dar à ciência a filosofia que ela merece (BACHELARD, 1977).

Como método de reflexão, o autor se utiliza de uma análise de produção do conhecimento humano por meio de uma perspectiva histórica na qual o pensamento científico é resultado de um estudo crítico do passado e por isto consiste na não repetição de “caminhos errados” em seu processo de construção.

Ou seja, para o autor, a cultura científica deve ser analisada em relação à descontinuidade com o real, com a experiência imediata, e, da mesma forma, com o passado. De acordo com Bachelard, a produção do novo não é linear e previsível a partir de mecanismos de dedução com base em uma lógica interna de funcionamento, como se o novo fosse fruto de diversos fatos anteriores. Partindo deste princípio, o autor sustenta seus argumentos para uma Epistemologia Histórica do conhecimento cuja base é o não continuísmo, a ruptura. Este conceito de ruptura na obra bachelariana representa um sentido mais amplo de não banalização do conhecimento produzido, pois enfatiza a importância de um processo de melhoria contínua para o avanço de um determinado conhecimento científico (BACHELARD, 1977).

Neste contexto, Bachelard evidencia que toda e qualquer reflexão efetiva que busque estabelecer o verdadeiro estatuto das ciências deve ser necessariamente histórica e que, para compreendermos uma ciência do passado é preciso situar-se nos pontos de vista ulteriores (JAPIASSU, 1991). Soma-se a isto o fato de que, para o autor, a verificação da ciência na história tem como objetivo fundamental não a verificação de conceitos estagnados no passado, mas sim a identificação da história da provisoriedade de suas definições e do porquê de seus erros, pois é a partir dos erros cometidos que o conhecimento científico evolui. Ao verificar o que se julga conhecido buscando o que está incorreto o cientista consegue problematizar em torno desses erros e com isto construir um novo tipo de conhecimento. Sendo assim, para o autor, não existem verdades absolutas na história da ciência, em contraposição ao pensamento positivista e ao racionalismo ingênuo (ANDRADE e SMOLKA, 2009).

O processo de criação de Bachelard se inicia na concepção de imagens, logo após passa para a geometrização e depois chega a um ponto mais elevado que é a abstração. A abstração é, neste caso, a teorização separada do mundo real, representando, portanto, um mundo novo, recriado. Logo, a abstração se constitui como o ápice do processo que dá origem a ordem pura do espírito científico (ANDRADE e SMOLKA, 2009).

Para Bachelard (1977), a atividade epistemológica era de fato a história da ciência como ela deveria ser feita. O autor defendia também uma epistemologia que visava compreender melhor a história das ciências, de suas revoluções, assim como a demarcação do espírito científico. Neste sentido, Bachelard (1977) se propôs a construir uma epistemologia cujo objetivo estava na produção do conhecimento científico em todos os seus aspectos: lógico, ideológico, histórico, entre outros. Para o autor, as ciências se estabelecem em situações históricas bem

determinadas, cabendo ao pesquisador o descobrimento da gênese, da estrutura e do funcionamento dos conhecimentos científicos.

O autor acreditava ainda que, apesar de a ciência possuir um projeto que tinha como objetivo demonstrar sua capacidade em salvar os fenômenos, esta continuava incapaz, por natureza, de compreender o essencial de tais fenômenos. Dada esta realidade, Bachelard (1977) criou uma epistemologia cujo foco principal era a ciência se auto-criticando cujo ponto central encontra-se na força e no poder da ação racionalista e ao mesmo tempo na força e no poder da atividade criadora e poética. Isto não significa que o autor não seja um defensor da razão, mas ao contrário, ele acredita na busca pela racionalidade no sentido de que, acreditar em uma forma de racionalidade significa negar todas as formas de irracionaisismos (JAPIASSU, 1991; ANDRADE; SMOLKA, 2009). No entanto, para o autor, o instante é trágico, uma vez que só pode renascer com a condição de morrer e o instante já é solidão que afasta as pessoas delas mesmas, pois rompe com seu passado mais valioso. Por conseguinte, o homem pode ser definido como razão e imaginação ao mesmo tempo. Diante de tais conceitos, a obra de Bachelard contém uma dupla pedagogia: da razão e da imaginação (JAPIASSU, 1991).

O objetivo central da Epistemologia Histórica de Bachelard era a reformulação do saber científico, bem como a reforma das noções filosóficas. Toda disciplina que busque investigar o conhecimento científico como objeto de estudo não pode deixar de analisar em conjunto sua perspectiva histórica. Sendo assim, a verdade só poderá adquirir seu pleno sentido quando for finalizada a polêmica contra seus erros passados e, por isto, verifica-se que não é possível determinar as “verdades primeiras”, mas sim os “erros primeiros”. Para o autor, a ciência não é representação, mas ato. Apenas com a produção, a crítica, a retificação e a reconstrução é que o espírito descobre e faz a verdade (JAPIASSU, 1991).

Bachelard (1977) critica a generalização abusiva do pensamento. Para ele, um sistema científico não consiste apenas em um sistema acabado e com dogmas bem estabelecidos, mas sim parte de uma incerteza generalizada que faz com que o cientista seja necessariamente um sujeito descentrado e dividido e que embora esteja ligado à sua prática, também está distante dela. Por ser ação é que Bachelard acredita que a ciência é eficaz, ou seja, ela consiste em um propulsor primordial para que se possa agir no mundo e ao mesmo tempo transformá-lo (JAPIASSU, 1991).

3.A PESQUISA HISTÓRICA

Assim como defendido por Gaston Bachelard (1977), a pesquisa histórica acredita que a história é central para uma melhor compreensão da humanidade em diversos aspectos, como o entendimento de acontecimentos e estruturas que nela existem (FIRAT, 1987). A história, em sentido amplo, existe e pode contribuir como objeto de conhecimento. Entretanto, a produção do conhecimento histórico é complexa, o que acarreta na necessidade de se examinar em profundidade os fundamentos da ciência histórica de forma a entender melhor como este pensamento se organiza.

De acordo com a visão iluminista, a história é a “história da humanidade” e, por isso era uma ferramenta que permitia prever tempos futuros por meio da explicação e da rememoração do passado. A atividade histórica poderia, desta forma, projetar o futuro pela projeção causal de um determinado acontecimento. Caracterizava-se assim, mais uma tentativa do homem de prever o futuro e ter mais controle sobre ele. Era preciso entender melhor as estruturas, as leis, os acontecimentos passados de forma a minimizar as incertezas do futuro, ou pelo menos, almejar um futuro mais possível (GUARINELLO, 2004).

No entanto, historiadores e pesquisadores que utilizam a metodologia histórica concordam que tanto a época quanto o contexto em que o evento ocorre está diretamente ligado à suas causas, ou seja, não são passíveis de reprodução e generalização. A isto também se deve o fato de que os acontecimentos históricos devem ser analisados como singulares e com suas especificidades próprias. Tal análise também está intimamente relacionada com múltiplas perspectivas de observação. Ou seja, embora pesquisas históricas semelhantes sejam efetuadas por membros de diferentes áreas do saber, como cientista social, historiador, administrador, e todas contenham uma noção de “sentido de história”, cada uma apresentará uma perspectiva específica relacionada com o seu modo de ver e expor a história, determinando o tipo de relato e interpretações evidenciadas (PIERANTI, 2008).

Outra característica relevante de pesquisas de cunho histórico está na tentativa do pesquisador em forçar um distanciamento entre presente e passado, apesar da pesquisa estar contextualizada em momento histórico específico. Este requisito nunca é feito de forma plena, uma vez que existe um conflito entre o isolamento do pesquisador em relação ao tempo estudado e o uso de elementos contemporâneos como parte da análise (até mesmo por motivos involuntários). Logo, uma das limitações deste método é a aceitação de resultados de visões específicas dentre outros também possíveis (PIERANTI, 2008).

A pesquisa histórica é a expressão da visão de mundo dos historiadores em torno de suas abordagens, suas questões, seus objetos de estudo e seus métodos. No entanto, esta característica pode ser vista como um ponto positivo neste tipo de

pesquisa, pois possibilita uma narrativa crítica dos acontecimentos e não apenas uma visão preocupada apenas com o relato de fatos de forma imparcial e objetiva (PIERANTI, 2008). O método da historiografia, por sua vez, consiste em estudar a evolução da própria ciência histórica dentro da ciência histórica, ou seja, ao conjunto dos escritos dos historiadores a respeito de um determinado tema ou período histórico (LE GOFF, 1992).

Apesar da perspectiva histórica buscar compreender também acontecimentos e estruturas contemporâneos, suas fontes estão ligadas ao passado. Por isto podemos afirmar que a pesquisa histórica está diretamente ligada ao passado. Assim como destaca Smith (1991), tudo o que pode ser analisado já estava no passado no momento em que foi inicialmente cogitado ou até mesmo quando a investigação foi finalizada pelo observador. Sendo assim, não existe a possibilidade de uma análise pura e simples do presente, pois quando este for discutido, já será passado (PIERANTI, 2008).

Para uma análise mais efetiva da história é preciso recorrermos, assim como sugere Burke (1992), a recortes: *temporais* (periodizações clássicas como a Pré-história, a história, a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e a Contemporaneidade), *espaciais* (opção por agrupar a história em espaços territoriais, por nacionalidade, por época ou por tendência) e *temáticos* que são mais fragmentados e multifacetados (história da Igreja, história da mulher, história do cotidiano, história da tecnologia, história das ciências e história das doutrinas políticas).

Como ponto central da pesquisa histórica encontra-se um esforço contínuo por parte do pesquisador em desvendar ao máximo a realidade em seus diferentes aspectos, mesmo que esta esteja orientada por uma conformidade pré-estabelecida. Tal atividade encoraja uma exploração mais ampla e holística dos acontecimentos em pesquisas com método de perspectiva histórica, pois leva em consideração, por exemplo, fatores como influência ideológica, econômica e aspectos culturais (PIERANTI, 2008).

Até a década de 1920 prevaleceu-se o Paradigma Tradicional da história. De acordo com este paradigma, a história se referia em especial a histórias particulares de ramos específicos da história, como a política, e reproduziu deste modo uma perspectiva com origem na própria formação da disciplina, a partir de clássicos gregos e latinos. A história científica emergiu em contexto europeu e, por isto, a perspectiva histórica europeia foi responsável pelos escritos de meados do século XIX e de uma parte significativa do século XX, estabelecendo como história do homem a história da civilização ocidental cristã e enfatizando a formação dos principais Estados Nações europeus (GUARINELLO, 2004).

Neste contexto, a história tradicional foi predominantemente ensinada e pesquisada pelos “grandes contextos da história: um povo, uma nação, uma civilização e, sobretudo, um estado-nacional, geralmente como termos coincidentes, ou cuja coincidência seria desejável” (GUARINELLO, p.16, 2004). Da mesma forma, esta tinha como função o ensinamento da história por meio de personagens reais, ilustres e importantes. Portanto, ela também pode ser definida como a “história dos grandes feitos de grandes homens e legitimada por uma visão centralizada e institucionalizada do poder” (MARTINS; COSTA; BARROS, p.4, 2009).

No que tange ao método de coleta de dados e informações, Pieranti (2008) destaca que a história tradicional tinha como pré-requisito a adoção de documentos oficiais e escritos de forma a garantir a credibilidade dos relatos. Assim, o pesquisador conseguiria distinguir o que era ficção literária de verdade histórica por meio da separação dos dados que poderiam ser comprovados dos que eram considerados falsos pela dificuldade de sua comprovação. Para isso foram desenvolvidas técnicas sofisticadas de avaliação de confiabilidade dos documentos históricos (BURKE; 2002; MARTINS; COSTA; BARROS, 2009). Neste caso, os materiais eram essencialmente de caráter político e com base em momentos ou personagens específicos e de suposta relevância, tornando-se assim um conhecimento cuja produção era voltada para ações individuais. É com base nisto que Burke (1992) afirma que a história tradicional possui uma “visão de cima” por ter defendido como objetivo final os “grandes feitos” dos chamados “grandes homens” (em geral político, militar ou eclesiástico). Já o resto da humanidade era destinado a um papel secundário no drama da história. Outros tipos de história como a história da arte e da ciência, apesar de não serem totalmente excluídos pelo paradigma tradicional, eram marginalizados por serem tidos como periféricos aos interesses dos “verdadeiros” historiadores (BURKE, 1992).

Mantendo-se quase que inalterada até as primeiras décadas do século XX, a hegemonia da pesquisa histórica política tradicional iniciou o seu processo de declínio a partir dos anos 1930 com a história Social e nos anos 1970 com a Nova História (em francês, *La Nouvelle Histoire*). Apesar de ter prevalecido por muitos anos com suas convicções, princípios e métodos, mesmo após sucessivas tentativas de contestação a este modelo de narrativa, foi com o lançamento da revista francesa *Annales d'Histoire Économique et Sociale* pelos professores Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929 que o paradigma tradicional passou a ser fortemente contestado, o que ocasionou por outro lado, o fortalecimento da chamada Nova História (BURKE; 1992; MOTTA, 2000; VERGARA, 2006; PIERANTI, 2008; MARTINS; COSTA ; BARROS, 2009).

A Nova História, como um novo paradigma da pesquisa histórica, pretendia, dentre outras propostas, ampliar o domínio do campo por meio de uma análise da história como estudo do homem no tempo, a partir da redefinição de conceitos básicos, como: documento, fato histórico e tempo. No que se refere ao tempo, a história tradicional definia o passado como algo inalterável, fechado e rígido. Ao contrário, os novos historiadores defendiam o conceito de que toda história é história contemporânea e dominada pelo presente (MARTINS, COSTA; BARROS, 2009).

Sendo assim, esta nova forma de observação da história apresentava como foco uma análise crítica e interpretativista, sem que dela se desprendesse um determinado rigor. Este novo paradigma influenciou diferentes correntes, embora não tenham sido criadas por este, ao longo do século XX, entre elas, o materialismo histórico, a hermenêutica e o relativismo (PIERANTI, 2008).

Por não existir uma definição clara do que vem a ser a Nova História (como por exemplo, história total ou estrutural) e pelo fato de seu movimento estar mais unido apenas naquilo a que se opõe é que, para um melhor esclarecimento entre a “antiga história” e a “nova”, utilizaremos os seis pontos defendidos por Burke (1992) que separam essas duas abordagens. O primeiro ponto está relacionado com o apego às questões políticas da história tradicional. Para esta concepção, a história diz respeito estritamente à política. Em contraposição a este pensamento, a Nova História possui interesse por virtualmente tudo o que está ligado à atividade humana. Para seus defensores tudo tem uma história e um passado que, *a priori*, pode ser reconstruído e ao mesmo tempo relacionado com o restante do passado. A isto se deve a expressão “história total”. A base filosófica da Nova História descreve a realidade como social ou culturalmente constituída. Tal relativismo se opõe a tradicional diferença entre o que é central e o que é periférico na história (BURKE, 1992).

A segunda questão remete ao fato da história tradicional pensar na história como uma narrativa dos acontecimentos enquanto a Nova História preocupa-se, em especial, com a análise das estruturas em si (como, por exemplo, grandes mudanças econômicas, sociais e geo-históricas). Apesar de algumas reações contrárias a este ponto de vista e os acontecimentos não serem mais rejeitados como costumavam ser, a história das estruturas de diversos tipos continua a ser seriamente considerada (BURKE, 1992).

Em terceiro lugar, embora os historiadores tradicionais vejam a história “de cima”, os novos historiadores estão mais voltados para a “história vista de baixo” (com opinião de pessoas comuns e com sua experiência no processo de mudança social). Logo, a história da cultura popular ficou mais evidenciada e passou a obter maior credibilidade nas pesquisas históricas (BURKE, 1992).

Como quarto ponto, Burke (1992) destaca a questão das fontes em pesquisa histórica. Enquanto para o paradigma tradicional a história deveria ser estudada com base em documentos oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos, para a Nova História este método possui grandes limitações. Ou seja, tais documentos só possibilitam reconstruir o ponto de vista oficial, sendo inviável para refazer e compreender as atitudes dos opositores. Por outro lado, caso os historiadores estejam mais voltados para uma reflexão em torno de uma maior variedade de atividades humanas, maior variedades de evidências eles têm que buscar. Neste caso, o pesquisador deve se valer de argumentos e evidências históricas de diversas origens e de diferentes camadas sociais de acordo com cada pesquisa.

O quinto ponto relata que a história tradicional está mais voltada para as ações dos indivíduos, em oposição à Nova História que considera relevante não apenas os movimentos individuais, como também os coletivos, as tendências e os acontecimentos. Para Burke (1992), perguntas como: “Por que Brutus apunhalou César?” não se aplicam mais, dado o caráter multifacetado dos acontecimentos.

No sexto e último lugar, a Nova História vai contestar o aspecto objetivo da história tradicional. Para o paradigma tradicional, a história deve apresentar os fatos como eles realmente acontecem. Segundo a Nova História esta é uma visão irrealista, pois não é possível olhar o passado sem um ponto de vista próprio. Portanto, o relativismo histórico se aplica da mesma forma à escrita da história e aos chamados objetos. De acordo com Burke (p.15, 1992), “só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra”.

Apesar de alguns trabalhos em Administração já adotarem a Nova História, ainda existem muitos pesquisadores que mantêm vínculos com a tradição histórica do século XIX, que elegeu como modelo de documento histórico o testemunho escrito, objetivo (neutro), dado como fidedigno. Nesse sentido, os depoimentos passaram a ser considerados apenas fontes subsidiárias e de “baixo valor histórico”, pois representariam um testemunho subjetivo, falível, cuja fidedignidade estaria comprometida por notícias tendenciosas, mentiras e calúnias que poderiam apresentar (GOMES; SANTANA, 2010).

Ao contrário da credibilidade dada aos depoimentos escritos, os orais eram praticamente ignorados. Neles se acentuavam aspectos negativos atribuídos a esse tipo de fonte, acrescidos da parca confiabilidade que a palavra falada assumia numa sociedade solidamente estabelecida sobre a escrita, e das dificuldades de preservação e divulgação, inerentes às fontes orais. Desse modo, como documento que deveria propiciar ao historiador o resgate dos acontecimentos, “tal como se

sucederam”, o testemunho oral ou escrito mostrava-se, evidentemente, uma fonte inadequada, só devendo ser utilizada como último recurso e, assim mesmo, com extrema cautela (GOMES ; SANTANA, 2010).

A maior contribuição para a mudança de paradigma da pesquisa histórica tradicional foi o movimento iniciado em 1929, tendo como objetivo de enriquecimento da história, por sua aproximação com as ciências vizinhas e pelo incentivo à inovação temática. A atuação do movimento colaborou, portanto, para a construção da história como ciência e para a renovação dos seus estudos. Assim, o grande número de pesquisas e levantamentos que vêm sendo feitos na pesquisa em Administração, com utilização da técnica da entrevista gravada, é possível inferir que parte dessas entrevistas seja de História Oral (GOMES e SANTANA, 2010).

De acordo com os autores essas entrevistas são feitas sem que se lhes atribua essa denominação e, possivelmente, sem seguir os preceitos que regem sua execução, o que as tornaria mais robustas do ponto de vista metodológico. Quando vamos a campo realizar entrevistas em profundidade e levantamos, de nossos entrevistados, como fonte de dados, aspectos de suas experiências, visões, interpretações, memórias, opiniões, seu entendimento sobre um assunto, seus pensamentos, ideias, emoções, sentimentos, percepções, comportamento, práticas, ações, atividades, interações, crenças, compromissos, produtos, relacionamentos etc., estamos trabalhando com fenômenos que têm muito a revelar sobre a realidade social pesquisada e que se coadunam com a História Oral (GOMES ; SANTANA, 2010). Assim como destacado por Closs e Antonello (2012, p.109), a entrevista na História Oral: “Ao invés de focar os indivíduos que fornecem os dados, prioriza eventos, processos, causas, efeitos, normalmente fornecendo dados para histórias de vida”.

Gomes e Santana (2010) nos mostram que é possível afirmar que a pesquisa qualitativa em Administração poderia ser mais enriquecida ainda com a adoção da História Oral. Isto porque esta refere-se a uma história do presente e tem como pressuposto o passado como continuidade de hoje, ou seja, o passado está na vida presente das pessoas. Como grande parte da vida das pessoas decorre no interior das organizações, é na maneira como se institui o passado que se criam as condições imaginárias para definição dos projetos das pessoas dentro das organizações.

Um dado importante é que a História Oral possibilita captar as experiências elaboradas por indivíduos pertencentes a categorias sociais cujas percepções e intervenções geralmente são excluídas da história e documentação oficiais das organizações. Assim, é possível registrar sua visão de mundo, suas aspirações e

utopias e, conseqüentemente, aquelas do grupo social ao qual pertencem (GOMES ; SANTANA, 2010). Como nos ensina a ética da episteme de Michel Foucault, as resistências estão sempre presentes nas práticas do homem ordinário (um nó no cipoal das relações de poder) que com suas subversões sutis, singulares e inóspitas formam uma multidão sem qualidades nada alinhada à ordem estabelecida.

Vista inicialmente como uma contra-história, uma história contra a tradição positivista, a História Oral tinha como ideal reconciliar o saber com o povo, assumir um projeto de democratização da história, propondo-se a devolver a palavra ao povo, ao rural, ao primitivo (GOMES; SANTANA, 2010). Assim, o uso da História Oral como instrumento metodológico em estudos organizacionais enriquece pesquisas organizacionais a partir de problematizações sobre as realidades relatadas pelos entrevistados.

Apesar de não existir uma corrente de pensamento unida e precisa, as diversas correntes no âmbito da Nova História proporcionam um debate mais direcionado a respeito dos princípios que, de uma forma geral, marcam a perspectiva histórica contemporânea (PIERANTI, 2008). O desafio do historiador social é compreender que ele faz parte da história e que deve relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos ou a tendências de longo prazo, como a ascensão do capitalismo. Sugere-se neste caso, que o campo do historiador seja expandido de forma a repensar como a história deve ser explicada, uma vez que as tendências culturais e sociais não podem admitir a mesma forma de análise que os acontecimentos políticos. É preciso ir além e buscar uma explicação mais estrutural. Diante disto, Burke (1992) se volta para os seguintes questionamentos: “Quem são os verdadeiros agentes na história, os indivíduos ou os grupos? [...] São essas estruturas meramente restrições à liberdade de ação, ou permitem aos agentes realizarem mais escolhas?” (BURKE, p. 31, 1992).

A discussão paradigmática dentro do campo da história está mais fragmentada do que nunca. Os historiadores sociais são capazes de falar a linguagem dos sociólogos e antropólogos, os historiadores econômicos dos economistas, os historiadores intelectuais dos filósofos, mas entre eles está cada vez mais difícil se estabelecer um diálogo. Para Burke (1992) isto se deve, principalmente, a dois motivos: a inevitável proliferação de subdisciplinas, e por outro lado, uma possível busca pelo centro. Como exemplos, verificamos uma maior aproximação entre pesquisas que interrelacionam uma visão tradicional dos acontecimentos em associação à narrativas voltadas para as estruturas.

Esta discussão paradigmática no campo de pesquisas históricas está longe de finalizar. No entanto, é de suma importância que o pesquisador conheça as diferentes abordagens históricas de forma a facilitar a compreensão no que tange

às distintas possibilidades de objetos e direcionar com mais clareza seu foco de estudo. Ou seja, as diferenças só reforçam o caráter abrangente que uma pesquisa de cunho histórico pode oferecer por meio de diferentes métodos e problematizações que permitem a reflexão e a compreensão das diversas transformações do homem como indivíduo e como agente social, de forma a buscar no passado explicações, bem como possíveis relações com o presente e o futuro.

4. PERSPECTIVA HISTÓRICA COMO MÉTODO EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Após a análise anterior a respeito das epistemologias históricas de G. Bachelard e do método de perspectiva histórica, torna-se mais ampla a visão de que é possível adotar uma abordagem histórica em Estudos Organizacionais por diversos motivos. Embora não estejam intimamente relacionados, tanto a Epistemologia Histórica da ciência defendida por G. Bachelard quanto as diferentes formas de pesquisa histórica revelam a importância de uma abordagem histórica em distintas áreas do saber, inclusive em Administração.

Assim como destaca Bachelard, toda e qualquer produção não é linear e previsível como se o novo fosse inevitável e o resultado de diversos fatos acontecidos no passado. Ao contrário, o autor defende o conceito de que a base da Epistemologia Histórica está nas rupturas, pois somente problematizando os erros do passado é que se constrói um conhecimento novo (ANDRADE; SMOLKA, 2009). Logo, a ciência não pode desconsiderar as rupturas e os erros do passado durante o processo de criação.

Da mesma forma, a perspectiva histórica ressalta que é a partir da História que os acontecimentos e as estruturas de uma sociedade podem ser analisados. Pierranti (2008) destaca diferentes razões para que os Estudos Organizacionais se voltem para uma abordagem histórica. Em primeiro lugar, o passado é a maior fonte de explicação e esclarecimento do presente. Por outro lado, é preciso evitar causas e consequências generalizadas, pois os eventos históricos são únicos e estão ligados a contextos específicos. O autor destaca ainda que, cada observador possui sua própria interpretação do passado, o que não acarreta em uma única verdade absoluta. A abordagem histórica também possibilita uma interligação com diversas áreas do conhecimento e múltiplas perspectivas. Ou seja, é possível que esta seja realizada concomitantemente com outros métodos de pesquisa (como a análise de conteúdo, análise de discurso, estatística e a etnografia) e correntes epistemológicas em Administração, o que enriquece ainda mais a pesquisa. O autor enfatiza ainda que a compreensão das estruturas é essencial para o entendimento

da sociedade, assim como a relação destas em diferentes campos de análise, como político, econômico, social e cultural.

No entanto, dada a singularidade dos estudos que fazem uso da metodologia de perspectiva histórica, é preciso frisar que os eventos não são passíveis de uma completa reprodução, tornando-se, por sua vez, necessária uma individualização dos eventos, o que requer não apenas um conhecimento das estruturas, mas também uma vasta compreensão no que tange aos aspectos conjunturais. Cabe neste caso ao pesquisador partir de um conhecimento mais abrangente e generalizado sobre as estruturas e conjunturas de análise, cabendo a ele a capacidade para separar e julgar perspectivas e distorções encontradas. Neste sentido, as opções de fontes e de interpretações devem ser evidenciadas revelando os limites da pesquisa assim como da metodologia adotada.

Todas estas possibilidades de se utilizar a pesquisa histórica em Estudos Organizacionais reforçam que é possível efetuar estudos neste campo de forma integrada com diferentes pesquisas acadêmicas, como por exemplo, fazer uma relação entre uma determinada teoria da Administração com Sociologia, Economia, História, Psicologia, entre outros. Evidencia-se com isto o caráter interdisciplinar que perpassa as ciências e que pode ser favorecida e estimulada com este método.

Diferentes pesquisas já foram realizadas com a perspectiva histórica em Estudos Organizacionais, tanto no Brasil quanto ao redor do mundo. Lobo (1997) relata que é possível verificar um número crescente em pesquisas que se voltam para a análise a respeito de uma cultura específica dentro de um ou mais setores na Organização e até mesmo dentro dela. Tal tendência se deve, em geral, pela preocupação com a cultura popular, cultura operária, como elas se identificam e quais são as suas relações com a cultura como um todo.

Em países como França e Inglaterra, a história se voltou, a partir da década de 50, mais para a história dos negócios na qual a história empresarial era colocada em uma perspectiva mais social. Entretanto, o empresário era visto como dependente dos fatores estruturais e conjunturais. Na França, a história da Administração teve maior influência do marxismo (visão macroeconômica), ao contrário dos Estados Unidos. Esta diferenciação se deve entre outros fatores pelo *Écologie des Annales* que tratava a história empresarial como parte de uma visão de síntese global social (LOBO, 1997).

É possível verificar, por outro lado, que os trabalhos empíricos sobre empresas isoladas voltados para uma preocupação com a administração interna declinaram nas últimas décadas no campo dos Estudos Organizacionais. Na Inglaterra e nos

Estados Unidos foram desenvolvidas uma história comparada de empresas e, na França, a história empresarial adotou numa perspectiva globalizante (LOBO, 1997).

No Brasil, a produção literária com base na metodologia de perspectiva histórica têm se voltado mais para a trajetória de grandes personagens do que das estruturas, como é o caso de biografias de iniciativa privada, portanto, trabalhos não acadêmicos (biografias, por exemplo, de diferentes empresários como Roberto Marinho; Assis Chateaubriand, e Barão de Mauá). Todavia, a produção acadêmica em Administração com o rigor deste método não é comum, ao contrário dos estudos de cunho histórico na literatura brasileira.

A partir da análise dos estudos efetuados pelos pesquisadores Pieranti (2005) e Martins (2001): “Políticas Públicas para Radiodifusão e imprensa: Ação e Omissão do Estado no Brasil pós-1964”; e; “A Reinvenção do Sertão: a estratégia organizacional de Canudos”; respectivamente; Pieranti (2008) identificou os principais desafios enfrentados por estes autores no que diz respeito à utilização do método com perspectiva histórica em pesquisa em Administração brasileira. Segundo o autor, embora os estudos tenham diferentes temas e abordagens, ambos os pesquisadores ressaltaram em suas obras os obstáculos na obtenção de fontes oficiais no Brasil para este tipo de pesquisa. Os motivos diferem entre si, mas se destacam o fato de que as informações podem não ter sido coletadas, não serem disponíveis ao público, ou até mesmo, serem pouco confiáveis (PIERANTI, 2008). Por muitos anos as fontes empresariais do país foram abandonadas, preservando-se apenas as fontes oficiais nos arquivos públicos. É comum no país que as empresas destruam ou guardem sem muito critério de classificação os documentos de anos remotos (LOBO, 1997). Neste caso, Pieranti (2008) enfatiza que “cabe ao pesquisador, nesses casos, ou se abster de utilizá-las, ou recorrer, de alguma forma, ao improvisado, entendido aí, como a capacidade de encontrar fontes alternativas e de eventualmente consolidar dados dispersos” (PIERANTI, p.10, 2008). Para o autor, outro complicador para o pesquisador que usa a abordagem histórica em Administração é a fragilidade das estruturas, em especial no âmbito público no Brasil. Isto se deve pelas constantes oscilações no cenário político e nas diversas mudanças que ocorrem no âmbito legal do país o que dificulta uma análise das estruturas (essencial para a pesquisa histórica contemporânea). Neste caso é preciso reforçar a necessidade de se efetuar uma análise das estruturas considerando cada contexto especificamente (PIERANTI, 2008).

Outro problema deste tipo de pesquisa em Estudos Organizacionais no Brasil está associado à dificuldade de se construir uma teoria do sistema econômico pré-capitalista para a época colonial, o que pode ser generalizado também para outros países da América Latina. Este questionamento também se estende para a época

pré-industrial, já no século XIX (que para diversos autores é prolongado até 1930 ou 1940). Assim como fora relatado anteriormente, no Brasil muitas pesquisas com enfoque na história empresarial se apoiaram na teoria marxista, procurando, por meio das empresas, analisar as peculiaridades do modo de produção escravista, bem como, do modo de produção capitalista e da transição entre eles nas diferentes regiões do país. Face à fragilidade da burguesia empresarial, observa-se também forte influência do pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, principalmente na década de 50, na atribuição do papel fundamental do Estado para o processo de industrialização brasileiro (LOBO, 1997).

De acordo com a pesquisadora Eli Diniz (1978), a história empresarial no Brasil teria sido prejudicada pela forte influência da *Nouvelle Histoire*, voltada para o estudo das mentalidades, da sexualidade, das práticas cotidianas, além de considerar o Estado como o agente preponderante do processo de industrialização. No entanto, o pesquisador Almir Pita Freitas (1989) identifica que a história empresarial brasileira inicia seu processo de expansão a partir da década de 1970 com os seguintes objetivos: se inserir no contexto socioeconômico; ampliar o número de estudos de casos; desvendar as estratégias dos empresários por meio de questionamentos e relativizações de visões já consagradas pela perspectiva histórica no que se refere à origem da indústria, o papel dos empresários, as ações do Estado e o papel dos empresários nos órgãos de classe.

As diferentes tipologias entre as empresas públicas e privadas (patrimoniais ou por ações, agrícolas e urbanas, industriais, comerciais, financeiras, micro, média e macro, entre outras) também dificultam a pesquisa histórica em Estudos Organizacionais no Brasil. Para isto, faz-se necessário determinar elementos comuns a todos os casos estudados, típicos para as diversas subclasses de casos, além dos elementos que são singulares a cada um, ou seja, não se repetem (CARDOSO, 1997). De acordo com Cardoso (1997), o conceito de empresa e a sua utilização em história deveriam ser reformulados. Este conceito de refere a uma unidade de produção, ao lócus institucional que agrega diferentes fatores de produção em uma sociedade específica. Tal unidade de produção deveria ser analisada por meio de estudos da estrutura social em que esta se insere. Soma-se a isto a necessidade de se considerar as relações internas entre o sistema econômico de uma sociedade com sua estrutura social de forma a evitar uma generalização da racionalidade capitalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio buscou um aprofundamento teórico no que se refere à utilização de uma perspectiva histórica em Estudos Organizacionais, mais especificamente, de que forma este método pode enriquecer pesquisas neste campo de estudo, especialmente, em pesquisas brasileiras. Com esta finalidade, foi analisada, *a priori*, a Epistemologia Histórica de Gaston Bachelard e sua contribuição para o pensamento científico. Verificamos que, de acordo com esta epistemologia, o conhecimento científico não pode desconsiderar a perspectiva histórica como parte de sua análise, uma vez que somente a partir de estudos críticos dos erros do passado é que o conhecimento alcança o seu sentido pleno. Neste caso, cabe ao pesquisador descobrir a gênese, a estrutura e o funcionamento dos conhecimentos científicos.

A partir desta concepção de defesa de uma abordagem histórica na ciência, o ensaio analisou o método de pesquisa histórica (a “antiga história” e a “nova história”) que também tem como cerne a defesa de que a história é central para uma melhor compreensão e reflexão da humanidade por meio do entendimento de seus acontecimentos e estruturas. Por fim, verificamos a adoção de pesquisas históricas em Estudos Organizacionais, suas possibilidades e desafios.

Ao final da reflexão teórica, concluímos que, apesar de ainda não ser amplamente utilizada em Estudos Organizacionais, a perspectiva histórica possui potencial em pesquisas neste campo no Brasil. Tal afirmação se deve pelos seguintes fatores: 1) cada vez mais a área de Administração apresenta pesquisas de caráter interdisciplinar, oferecendo resultados mais ricos para o campo e isto inclui também a adoção de abordagens históricas; 2) por não ser muito disseminado como método, ainda existem muitos setores da Administração brasileira a serem estudados por meio deste método; 3) a sociedade brasileira apresenta suas próprias peculiaridades, quanto ao seu modo de administração e gerenciamento, o que estimula o desvelamento de suas especificidades; e; por último; 4) tanto a Nova História quanto a história tradicional são estudadas em profundidade no país pelos historiadores brasileiros, ou seja, existem muitas informações valiosas ainda não aproveitadas pelos pesquisadores em Estudos Organizacionais.

Todavia, é preciso que o pesquisador saiba das possíveis limitações da adoção deste método em Estudos Organizacionais no Brasil. Em primeiro lugar, existe uma grande dificuldade na obtenção de fontes confiáveis para este tipo de pesquisas. Muitas vezes, estas podem até não existir. Outra limitação é a fragilidade das estruturas, principalmente, no âmbito público no Brasil, que se deve pelas constantes alterações no cenário político e legal do país. A análise das estruturas é

fundamental para a perspectiva histórica contemporânea, logo, faz-se necessária uma análise das estruturas considerando cada contexto especificamente. Por outro lado, também as diferentes tipologias entre as empresas públicas e privadas dificultam a execução de pesquisa histórica neste campo no país.

Por fim, acreditamos que existem grandes possibilidades de adoção de perspectivas históricas em Estudos Organizacionais com o método de História Oral. Sugerimos para este campo, portanto, estudos empíricos utilizando esta abordagem histórica, de forma a enriquecer ainda mais o conhecimento em torno do método nesta academia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J.; SMOLKA A. A construção do conhecimento em diferentes perspectivas: contribuições de um diálogo entre Bachelard e Vigotski. *Ciência e Educação*, v.15, n.2, p. 245-268, 2009.

BACHELARD, G. O espectro filosófico. In: **Epistemologia**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 109-112, 1977.

_____. **Formação do espírito científico**. Rio de Janeiro, 1996.

BURKE, P. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. **A Escrita da história: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **história e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CARDOSO, C. F. história e Paradigmas Rivais. IN: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R.

Domínios da história: Ensaio sobre Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CLOSS, L.; ANTONELLO, C. História de vida: suas possibilidades para a investigação de processos de aprendizagem gerencial. **REVISTA GESTÃO.Org**, v. 10, n. 1, p. 105-137, 2012.

DINIZ, E. **Empresário, Estado e Capitalismo No Brasil: 1930/1945**. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1978.

FIRAT, A. Historiography, Scientific Method, and Exceptional Historical Events. **Advances in Consumer Research**, vol. 14, issue 1, p. 435-438, 1987.

FREITAS, A. História Econômica e história das Empresas: Algumas Reflexões Metodológicas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 10, v.1, p. 168-177, 1989.

GUARINELLO, N. história científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de história**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.13-38, 2004.

JAPIASSU, H. F. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Editora: Francisco Alves, 1991.

LE GOFF, J. **história e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

LOBO, E. história Empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamorin; VAINFAS, R. **Domínios da história: Ensaio sobre Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 217-239, 1997.

MARTINS, P. E. M. **A Reinvenção do Sertão: a estratégia organizacional de Canudos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____ ; COSTA, A.; BARROS, D. **Perspectiva Histórica em Administração: Panorama da Literatura, Limites e Possibilidades**. XXXIII EnANPAD, São Paulo, 2009.

MOTTA, M. O relato biográfico como fonte para a história. **Vidya**, nº 34, p.101-122, jul./dez., 2000.

PIERANTI, O. **Políticas Públicas para Radiodifusão e imprensa: Ação e Omissão do Estado no Brasil pós-1964**. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração

Pública e de Empresas/Fundação Getulio Vargas, 2005. Dissertação de Mestrado (mimeo).

_____. A Metodologia Historiográfica na Pesquisa em Administração: uma discussão acerca dos princípios e de sua aplicabilidade no Brasil Contemporâneo. **Cadernos EBAPE**, vol. VI, no 1, março de 2008.

SMITH, J. A Methodology for Twenty-First Century Sociology. **Social Forces**, The University of North Carolina Press, n. 70 (1), p. 1-17, September, 1991.

VERGARA, S. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2006.